MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

REITORIA

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 3357-7500

ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA DE ENSINO TÉCNICO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

14 de junho de 2013

No dia quatorze de junho de dois mil e treze, às dez horas, no Auditório do Campus Serra, reuniu-se a Câmara de Ensino Técnico, sob a Presidência da Pró-reitora de Ensino, Sra. Cristiane Tenan S. dos Santos, com a presença dos seguintes membros: Altair Luiz Peterle, Luciane Ferreira Lacerda, Kenia Teixeira P. Rangel, Carla Ribeiro Macedo, Gustavo Bello dos Santos Rodrigues, Felipe de Oliveira Palácio, Maria Aparecida Silva de Souza, Eros Estevão de Moura, Pedro Leite Barbieri, Murilo Borghardt Scalser, Divina Leila Soares Silva, Agostinho Cunha, Felipe Alexandre Lima Fernandes dos Santos, Frederico de Castro Figueiredo, Adriana Silva Fleischmann Gava, Alan Mori Brito Soares, Ellen Luci Bruneli Pessoa, João Carlos Souza Filho, Welliton de Resende Zani Carvalho, Cláudia da Silva Ferreira, Victor Peçanha Pontini, Lusinério Prezotti, Georgia Maria Mangueira de Almeida, Aloisio Ramos da Paixão, Maria da Penha Tresena Silva, Eduardo Max Amaro, Sérgio Martini Parreira Zuza, Marko Aurélio Goularte, Fabiano Ricardo Brunele Caliman, Daniele Guarnier Zuccon, Estela Claudia Ferretti, Pedro Victor Freitas Moreira. Convidados: Cynthia Nunes Milanezi, Marcus Vinícius Cardoso Podestá. A reunião teve a seguinte pauta: **1 Informes; 2 Aprovação da ata da reunião de 15/03/2013; 3 Apreciação de proposta de ementa para o componente curricular de Segurança do Trabalho em todos os cursos técnicos do Ifes; 4 Apresentação da Orientação Normativa de Recuperação Paralela modificada a partir das sugestões encaminhadas pelos Campi; 5 Eleição de coordenadores de cursos técnicos e discentes para compor o Cepe; 6 Apreciação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC Técnicos: 6.1. PPC Tec. em Administração Concomitante/Subsequente ao EM – Campus Centro Serrano; 6.2. Reformulação do PPC Tec. em Edificações Concomitante ao EM – Campus Colatina (ajustes na matriz curricular); 6.3. Reformulação PPC Tec. Processamento Pescado Conc. ao EM – Campus Piúma; (alteração de turno e série de concomitância); 7 Apreciação de novo encaminhamento para tramitação dos dois PPC Téc. em Manutenção Eletromecânica Ferroviária (integrado ao EM e concomitante ao EM) – Campus Cariacica; 8 Constituição de "Comissão de Elaboração de Resolução de Tramites de PPC Técnicos, com base na ON nº 06/2011e na solicitação do CEPE".** A pró-reitora de ensino, inicia a reunião passando os informes. **Informe1.** Cristiane Tenan informa que surgiu na última reunião do Cepe a ideia de contratar uma empresa para fazer um estudo sobre evasão e então foi criado um Grupo de Trabalho – GT para estudar sobre essa ideia. Ainda nesse ponto ela fala da importância no preenchimento adequado do Sistema acadêmico, onde os dados serão retirados para o estudo sobre evasão. **Informe 2.** Cristiane fala sobre a retirada das reuniões pedagógicas nos cursos superiores, pois existem as reuniões de colegiados exercem a mesma função. **Informe 3.** Cristiane informa que cada campus possui um recurso próprio de custeio para promoção de seminários de

formação pedagógica. Georgia Mangueira pergunta sobre a rubrica e Cristiane informa que essa informação quem poderá passar a ela é o diretor do campus. Complementa informando que essa informação foi passada a ela pelo diretor de Linhares, Sr. Mauro Piazzarollo. **Informe 4.** Nesse informe Cristiane lembra da Orientação Normativa – ON nº 06 que trata dos prazos para trâmite de projetos pedagógicos de curso. Ela fala que esses prazos são estabelecidos para que o projeto do curso tramite em todas as instâncias antes de ser ofertado aos candidatos em edital de processo seletivo de cursos técnicos. Seguindo os prazos estabelecidos, a Resolução de autorização de oferta do curso sairá antes do curso ser ofertado, que é o correto a ser feito. Cristiane fala que na última reunião do Cepe, ocorrida em 15.04.2013, os representantes no conselho decidiram não mais apreciar projetos pedagógicos de cursos com pendências. Os Projetos deverão ser encaminhados para apreciação com as devidas alterações solicitadas pela Câmara de Ensino Técnico. Cristiane informa que também é um questionamento do Conselho Superior o envio de Projetos Pedagógicos de Cursos para homologação, sendo que os cursos já estão sendo ofertados. Felipe Alexandre Lima reforça essa informação, falando que como representante docente no Conselho Superior esse questionamento foi levantado e ele disse que no Campus Ibatiba eles já estão trabalhando conforme os prazos para que os cursos só sejam encaminhados para edital após Resolução de Oferta de Curso ser publica. Ele disse que a Proen está dando todo um suporte para que os prazos sejam cumpridos. Pedro Leite pergunta a Pró-reitora de ensino quais são os erros frequentes encontrados nos PPC's. Cristiane Tenan passa a fala para que Marcus Vinícius e Cynthia Nunes possam informá-lo, uma vez que são os dois que fazem as análises dos projetos pela Proen. Cynthia Nunes fala das legislações que são citadas, mas já estão desatualizadas, fala sobre as justificativas dos cursos, que muitas vezes não possuem dados completos. Marcus Vinícius fala sobre previsão orçamentária, sobre a montagem de laboratórios, que devem estar em conformidade com o catálogo nacional dos cursos técnicos; reforça a questão das justificativas, dentre outros. Cynthia Nunes lembra ainda, das questões de meio ambiente, étnico-racial, ciências humanas, que são assuntos recentemente discutidos e que devem estar inseridos no Projeto. Eros Estevão questiona sobre a questão de copiar projetos pedagógicos de outro campus, quando for o caso, e pergunta se é um ponto bom ou não. Marcus Vinícius diz que isso não é um problema, mas fala sobre a questão da cópia sem a correção de possíveis erros, ate mesmo com relação a legislações desatualizadas. **Informe 5.** Cristiane lembra da proposta da 1ª e 2ª opção de cursos técnicos, que passou pela Câmara de Ensino Técnico, Cepe, Colégio Dirigentes e Conselho Superior, e informa que já foi aprovada em todas as instâncias e possui uma Resolução do CS. Complementa informando que o Edital PS 2013/2 Cursos Técnicos já foi publicado com essa nova forma de oferta. Finalizando os informes, Cristiane informa que não estará mais na gestão da Proen e agradece a todos pelos trabalhos no seu tempo de gestão. Informa que não poderá ficar na reunião e passa para o Altair continuará conduzindo a reunião. Altair informa que a Ata acompanhada da lista de presença, estão sendo passadas para as devidas assinaturas. **Informe 6.** Altair complementando os informes, fala sobre uma empresa que o procurou para apresentação de um material que trata de demostrações de Física (Vídeo Enciclopédia de Demostrações de Física). Essa empresa forneceu um material resumido, para divulgação, que será entregue a cada Campus para que seja analisado pelos professores de Física. Com relação ao material completo da vídeo enciclopédia, foi necessário a criação de uma comissão para realizar uma análise mais detalhada. Como o tempo estava muito corrido, formou-se uma comissão com representantes dos Campi da grande vitória, para adiantar todo o processo. **Informe 7.** Altair fala da avaliação dos cursos técnicos que passou a ser realizada pelo Mec. Eros pergunta se o Campus é quem deve solicitar a avaliação. Altair informa que essa avaliação não ocorre da mesma forma que os cursos superiores e

finaliza informando que o Mec inicialmente está elencando alguns cursos e escolhendo por amostragem os campi que serão submetidos a essa avaliação. Finalizados os informes, Altair passa aos pontos de pauta. No **Item 2.** Altair pergunta se todos estão de acordo com a ata e pede que os membros da câmara não deixem de assiná-la. Antes de passar para o próximo ponto, Altair fala sobre a necessidade de alterar alguns pontos de pauta devido aos compromissos dos apresentadores. Todos concordam. No **Item 6.1,** José Geraldo, Diretor do Campus Centro Serrano, se apresenta e fala sobre a criação do Campus. Dando sequencia, informa que a comissão que elaborou o PPC Técnico em Administração Concomitante/Subsequente ao EM, era de Santa Teresa. José Geraldo informa que antes da elaboração do projeto do curso, a comissão elaborou um questionário sobre quais cursos os alunos gostariam de cursar, com dois enfoques: um para os alunos inciantes e outro para os concluintes do Ensino Médio. Após a aplicação do questionário, verificou-se que o Curso Técnico em Administração foi o segundo mais votado, ficando em primeiro o Curso Técnico em Informática. O discente Sérgio Martini (Campus Serra) pergunta por que não ofertar o Curso Técnico em Informática, se ele ficou como o mais votado. José Geraldo justifica, falando da infraestrutura básica necessária que o Campus precisa ter para ofertar esse curso e diz que eles ainda não possuem. Desta forma, optaram pela oferta do curso Técnico em Administração. Quanto as alterações solicitadas pelo relator Marcus Vinícius, José Geraldo informa que foi solicitada a inclusão da pesquisa na justificativa do curso, fosse acertada a legislação de estágio, e por questão de nomenclatura, fosse ajustada a forma de articulação e carga horária, e por último, fosse incluída a previsão orçamentária. O diretor informa que em geral, as solicitações feitas pelo relator foram acatadas pela comissão e o projeto do curso foi ajustado. Após a apresentação, Altair pergunta se o curso pode ser aprovado. Ninguém se opõe e o curso é aprovado. Para o **Item 7,** Altair faz um breve histórico do caso do Curso Técnico em Manutenção Eletromecânica Ferroviária – Integrado e concomitante ao EM, do Campus Cariacica. Com relação a nomenclatura do curso, Altair Informa que este não existe no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, mas lembra que o catálogo trás uma possibilidade de abertura de curso experimental, para a inserção de novos títulos. Altair esclarece que o campus pode ofertar o curso de forma experimental desde que aprovado pelo Órgão Competente, que no caso do Ifes é o Conselho Superior. Esclarece também que o Ifes deverá informar a oferta do novo título e solicitar a inclusão do curso no Catálogo, sendo que se o mesmo não for inserido no Catálogo em até 3 anos, após o início de sua oferta como curso experimental, o campus não poderá continuar com a oferta. Altair lembra que esse curso foi aprovado na última reunião da Câmara, e tinha ficado acordado que o Campus assinaria um termo de responsabilidade, se comprometendo a regularizar a situação do curso devido a troca do nome, mas que em outras conversas, o termo não foi assinado. Desta forma, foi definido que o processo tramitaria novamente na Câmara de Ensino Técnico, uma vez que o que foi acordado não aconteceu. Altair passa a fala para o coordenador do curso, Michel, que faz a justificativa para sustentação do novo nome para o curso: "Manutenção Eletromecânica Ferroviária", em vez de Manutenção Metroferroviária, apresentando estudos realizados quanto ao investimento do Estado na área de manutenção de ferrovia de carga; estudos/trabalhos realizados na área de ferrovia de cargas; apresenta dados da Associação Nacional do Transporte Ferroviário – ANTF, dentre outros, que sempre trazem o foco para a manutenção em ferrovias de cargas e não em ferrovia de passageiros. Após apresentação, Altair põe-se em votação e o curso foi aprovado por unanimidade pelos membros presentes na Câmara. Dando sequencia a reunião, Altair continua a apreciação dos PPC Técnicos, passando para o item **6.2.** Altair passa a fala para o Prof. Agostinho Cunha que informa sobre a necessidade de adequação da Matriz Curricular do curso técnico em Edificações, para que esse curso nos Campi de Colatina e Nova Venécia tivesse o mesmo conteúdo,

sem que para isso fosse alterada a estrutura do curso. Altair pergunta se todos concordam e todos aprovam. Para o **item 6.3.** Altair explica que houve apenas a alteração de turno no PPC Técnico em Processamento Pescado – Concomitante ao EM do Campus Piúma. Informa que o curso possui uma resolução que autoriza a oferta para o turno vespertino, e o Campus quer alterar para o turno noturno. Todos concordam com a alteração. **Item 5,** os membros da câmara fazem as eleições de coordenadores de cursos técnicos e discentes para compor o Cepe. Após discussões, ficam eleitos os seguintes discentes como membros titulares: Jabes Ricardo Matos Bianchet (Campus Colatina), Sérgio Martini Parreira Zuza (Campus Serra), Daniele Guanier Zuccon (Campus Venda Nova do Imigrante), Gustavo Bello dos Santos Rodrigues (Campus de Alegre) e Victor Peçanha Pontini (Campus Piúma). Os suplentes: Alan Mori Brito Soares (Campus Itapina), Pedro Victor Freitas Moreira (Campus Vila Velha), Murilo Borghardt Scalser (Campus Cariacica), João Carlos Souza Filho (Campus Linhares) e Joaquim Modesto (Campus Santa Teresa). Para os docentes, ficam eleitos os titulares: Ralf Majevski Santos (Campus Linhares), Eros Estevão de Moura (Campus Cachoeiro de Itapemirim), Felipe de Oliveira Palácio (Campus Aracruz), Idália Antunes Cangussú Rezende (Campus Cariacica) e Victor Hugo Silva e Silva (Campus Piúma). Os suplentes: Fabiano Ricardo Brunele Caliman (Campus Venda Nova do Imigrante), Estela Claudia Ferretti (Campus Vila Velha), Aloisio Ramos da Paixão (Campus São Mateus) e Michel Bruno Taffner (Campus Cariacica). Ficando um docente suplente a ser eleito em próxima reunião. **Item 3,** Altair informa que este ponto será retirado de pauta uma vez que o Prof. Barbarioli não pode estar presente na reunião para apresentar a proposta. Altair aproveita e solicita que os representantes da Câmara levem ao Campus a proposta da ementa para o componente curricular de Segurança do Trabalho em todos os cursos técnicos do Ifes para discussão nas coordenadorias e para a próxima reunião tragam questionamentos e/ou sugestões. **Item 8.** Para a Comissão de Elaboração de Resolução de Tramites de PPC Técnicos, com base na ON nº 06/2011 e na solicitação do CEPE, ficam eleitos os seguintes membros: Luciane Ferreira Lacerda (Cead), como presidente, Maria Aparecida Silva de Souza (Campus Cachoeiro de Itapemirim) e Welliton de Resende Zani Carvalho (Campus Nova Venécia). Marcus Vinícius informa que poderá ajudar a comissão caso precisem. Último ponto a ser discutido, o **Item 4.** Altair informa que a servidora Maria das Graças Zamborlini que apresentaria a ON de Recuperação Paralela alterada a partir das sugestões recebidas pelos campi, não pode estar presente. Assim, pergunta se algum representante do Fórum de Gestão Pedagógica – FGP que está presente poderia apresentar, mas ninguém se manifesta. Marcus Vinícius apesar de não participar da comissão, mas sendo representante do FGP fará a apresentação do documento. Eros Estevão fala que no ROD a recuperação paralela seria tratada pelo Campus, e em consulta a seus colegas, as condições colocadas no presente documento são inviáveis e gostaria que ficasse conforme definido no ROD. Pedro Leite aproveita e informa que no Campus Cariacica também é uma opção inviável. A sua proposta é que cada campus elabore sua orientação e que seja passada na Câmara de Ensino Técnico para apreciação. Marcus Vinícius informa que a ON de Recuperação paralela surgiu como demanda dos Campi, mas diz também que a decisão da Câmara é soberana, desta forma se quiserem destituírem a proposta da ON e criarem outra, fica o que for decisão da Câmara, mas que tudo que for realizado deve ter fundamentação legal. Eros Estevão reforça que a sua sugestão é que os Campi façam suas propostas e encaminhem para a Câmara para aprovação. Welliton de Resende diz que a situação dele no Campus não é diferente, mas ele reforça que é importante a normatização, pois muitos campi estavam fazendo coisas que não eram legais. Pedro Leite concorda que as atitudes com relação a recuperação paralela não devam infringir a lei, mas fala que há coisas no documento que não possuem respaldos legais. Ellen Luci informa que as sugestões colocadas pelos representantes do campi no fórum

não foram localizadas no documento. Claudia da Silva lembra que no Fórum há representantes de todos os campi e pode ser que a sugestão do Campus Linhares foi minoria em relação aos demais, mas que o documento é o mesmo. Daniele Guanier, como representante discente, fala da importância em ter a recuperação paralela regulamentada, pois os alunos não sabem como proceder, uma vez que os docentes também não. Aloísio Ramos fala que ao se falar de recuperação paralela todos devam pensar no objetivo que ela possui, que é a recuperação do conteúdo que não foi absorvido. Desta forma, ele pensa que isso não deva ser engessado. Complementando, Aloisio Ramos informa que trabalhar a recuperação em contra turno no Campus São Mateus é inviável, como foi colocado pela Georgia Mangueira. Adriana Silva reforça que ter um documento que oriente sobre recuperação paralela é muito importante e que sabe que não há a possibilidade de fazer um documento que agrade a todos os campi, pois cada Campus possui a sua realidade. Entretanto, ela fala que a partir dessa orientação, o Campus pode fazer a sua orientação, mas que o foco da recuperação não se perca, que é a recuperação do conteúdo não absorvido pelo aluno. Marcus Vinícius diz que a ideia é de ser apenas uma orientação. Pedro Leite discorda, dizendo que o documento causou desconforto a todos os docentes do Campus Cariacica e que esse documento não é uma orientação, ele considera como uma normatização. Cynthia Nunes sugere a alteração no art. 14, deixando aberto para os demais campi que queiram fazer outra no campus. Welliton de Resende propõe a comissão mista para discussão desse documento entre representantes do campi na câmara e no fórum de gestão pedagógica. Marcus então finaliza informando que o documento não pode ser aprovado e que as sugestões vão ser analisadas. O encaminhamento do Pedro Leite é que a recuperação paralela seja orientada através dos respaldos legais, mas que os campi tenham autonomia. Cláudia da Silva coloca sua opinião favorável ao documento. Estela Claudia informa que uma normativa é importante, mas que esse documento trás coisas que não estão legalizadas e não devem ser engessadas. Frederico concorda com a Cláudia da Silva e fala que não viu nenhum problema nessa orientação. Após muitas discussões, fica constituída uma Comissão de Reestruturação da Orientação Normativa de Recuperação Paralela, com os seguintes membros docentes: Estela Claudia Ferretti (Campus Vila Velha) como presidente, Pedro Leite Barbieri (Campus Cariacica), Eros Estevão de Moura (Campus Cachoeiro), Aloisio Ramos da Paixão (Campus São Mateus), Cláudia da Silva Ferreira (Campus Piúma) e Ellen Luci Bruneli Pessoa (Campus Linhares); membros discentes: Alan Mori Brito Soares (Campus Itapina), Daniele Guanier Zuccon (Campus Venda Nova do Imigrante) e Pedro Victor Freitas Moreira (Campus Vila Velha). Além da constituição da comissão, Leandro Bitti propõe a alteração do texto do art. 14 e art. 15. Fica como sugestão dos textos: **Art. 14** Outras formas de recuperação paralela poderão ser implementadas nos diferentes Campi do Ifes, desde que pautadas na melhoria do processo de ensino-aprendizagem e que em nenhuma hipótese a nota conquistada pelo aluno, em qualquer etapa do processo, seja reduzida e **Art. 15** Outras formas de recuperação paralela, deverão ser aprovadas pela diretoria de ensino de cada campi, ouvidas as considerações e parecer da equipe pedagógica do campus. Após as sugestões, todos concordaram e retiraram o art. 16. Welliton propõe que o tempo de uma reunião para a outra seja reduzido para que a pauta não seja tão extensa. Altair informa que encaminhará a solicitação. Nada mais havendo a discutir, Altair Luiz Peterle dá por encerrada a reunião. Eu, Louise Dável de Moura, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes. Serra, quatorze de junho de dois mil e treze.